

JUSTIÇA

Direção-Geral da Administração da Justiça

Aviso (extrato) n.º 16730/2019

Sumário: Abertura de procedimento concursal comum para recrutamento de trabalhadores com vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, previsto no mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça.

Abertura de Procedimento Concursal Comum para recrutamento de trabalhadores com vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, previsto no mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça.

1 — Nos termos da alínea a) do n.º 1 e do n.º 5, do artigo 11.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, torna-se público que, por despacho do Senhor Diretor-Geral da Administração da Justiça, de 16 de setembro de 2019, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis, contados a partir da data de publicação da oferta na Bolsa de Emprego Público (BEP), Procedimento Concursal Comum para o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior, do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça, a seguir designada de DGAJ, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

2 — Número de postos de trabalho a ocupar:

Um posto de trabalho vago e não ocupado na Direção de Serviços Jurídicos e Cooperação Judiciária Internacional, bem como os postos de trabalho que resultem de necessidades futuras daquela Direção de Serviços.

3 — Caracterização do posto de trabalho:

Elaboração de pareceres jurídicos no âmbito das atribuições da DGAJ, e do normal desenvolvimento das respetivas atividades;

Colaborar na elaboração de diplomas legais e regulamentares, propondo as alterações consideradas necessárias;

Instruir processos administrativos gratuitos e elaborar peças processuais no âmbito do contencioso administrativo;

Instruir processos disciplinares, sindicâncias e inquéritos de que seja incumbido.

4 — Requisitos de admissão ao procedimento concursal:

a) Ser detentor de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, nos termos do n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;

b) Reunir os requisitos gerais previstos no artigo 17.º da LTFP.

5 — Área de formação académica:

Licenciatura em Direito ou grau académico superior, não havendo lugar à possibilidade de substituição da falta da habilitação académica por formação ou experiência profissional.

6 — O procedimento concursal é publicitado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), no primeiro dia útil seguinte ao da publicação do presente Aviso no *Diário da República*, encontrando-se o aviso integral publicitado no sítio da Internet da DGAJ <https://dgaj.justica.gov.pt/Sobre-a-DGAJ/Procedimentos-concursais/Regime-geral-da-funcao-publica>.

8 de outubro de 2019. — O Diretor de Serviços, *Lourenço Torres*.

312653604